

CAPÍTULO 6

HOMENS SURDOS NA PÓS-GRADUAÇÃO: TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS, PERMANÊNCIA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA



<https://doi.org/10.68044/0w02b930>

Carlos Roberto Martins ¹

Mestre em Cultura Educação pela Universidade La Salle.



Leonardo Adonis de Almeida ²

*Mestre em Estudos de Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina e
Profssor Substituído de Libras na Universidade Federal de Santa Catarina.*



RESUMO: Este artigo analisa trajetórias acadêmicas, condições de permanência e processos de produção científica relacionados à presença de homens surdos na pós-graduação brasileira. Trata-se de estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, construído a partir de oito artigos sobre educação superior, pós-graduação, letramento acadêmico, docência surda e formação de pesquisadores. A análise evidencia que o ingresso não assegura permanência, pois persistem barreiras linguísticas, pedagógicas, institucionais e comunicacionais, especialmente quando a Libras não ocupa posição efetiva na vida universitária. Também se destacam o papel dos intérpretes, das práticas bilíngues, do letramento acadêmico e das tecnologias digitais na participação e na divulgação da produção científica. As trajetórias descritas mostram avanços formativos, incluindo mestrado, doutorado e atuação docente em diferentes áreas acadêmicas, mas revelam escassez de dados desagregados por gênero. Conclui-se que ampliar a presença de homens surdos na pós-graduação exige acessibilidade linguística, políticas institucionais contínuas, reconhecimento da experiência surda e condições efetivas de autoria científica.

Palavras-chave: Surdos; Pós-graduação; Permanência; Produção científica.

INTRODUÇÃO

A presença de pessoas surdas no ensino superior brasileiro tornou-se mais visível nas últimas décadas, acompanhando mudanças legais, institucionais e linguísticas que ampliaram as possibilidades de ingresso e formação universitária. Entretanto, a passagem da graduação para a pós-graduação *stricto sensu* não pode ser compreendida apenas como continuidade linear da escolarização. Para estudantes surdos, o mestrado e o doutorado inserem o sujeito em um espaço caracterizado por leitura intensiva, produção escrita, participação em grupos de pesquisa, orientação acadêmica, apresentações, congressos, publicações e circulação de resultados científicos. Nesse cenário, a permanência depende não somente da

matrícula, mas de condições efetivas para acompanhar as atividades, comunicar-se, produzir conhecimento e construir reconhecimento como pesquisador.

Rocha (2025, p. 2) chama atenção para um problema básico de visibilidade estatística: os dados sobre estudantes surdos ou com deficiência auditiva na pós-graduação *stricto sensu* permanecem imprecisos, pois não existe, para esse nível, um censo anual com o mesmo detalhamento disponível para outros segmentos educacionais. Essa ausência interfere na própria possibilidade de conhecer quem são os pós-graduandos surdos, em quais áreas estudam, como se distribuem por instituições, quais recursos de acessibilidade utilizam e quais fatores favorecem ou dificultam a conclusão dos cursos. Para um estudo voltado aos homens surdos, a limitação é ainda maior, porque a variável gênero raramente aparece articulada às informações sobre modalidade linguística, etapa acadêmica e trajetória de formação.

O estudo de Rocha (2025, p. 5), realizado em três universidades federais paulistas, oferece um indício importante. Entre 19 respondentes surdos ou com deficiência auditiva, nove eram do sexo masculino; entre esses homens, três eram surdos usuários de Libras. O mesmo estudo registra seis estudantes na pós-graduação, considerando surdos e participantes com deficiência auditiva. Contudo, os dados publicados não cruzam sexo, condição linguística

e nível acadêmico de modo que permita identificar quantos dos homens surdos estavam especificamente no mestrado ou doutorado. Esse detalhe metodológico é revelador: homens surdos estão presentes na amostra, mas não constituem uma categoria analítica própria. Em outras palavras, aparecem nos dados sem que suas trajetórias sejam examinadas como experiência de gênero articulada à surdez e à vida acadêmica.

A pesquisa de Lima e Aygadoux (2024), por outro lado, apresenta uma narrativa que permite observar concretamente uma trajetória masculina de formação acadêmica. Entre três docentes surdos investigados, encontra-se Tiago, cuja história inclui escolarização em ambiente bilíngue, formação em Letras Libras, atuação profissional, ingresso na docência do ensino superior e realização de mestrado. A experiência descrita pelas autoras evidencia que o acesso à Libras, a convivência com pares surdos, a formação específica e as oportunidades institucionais podem compor um percurso de continuidade até a pós-graduação. Ao mesmo tempo, essa trajetória aparece ao lado de experiências femininas e não é discutida pelas autoras sob a perspectiva das masculinidades, reforçando a lacuna que orienta o presente recorte.

A baixa presença documentada na pós-graduação também aparece em uma citação de citação relevante para a delimitação do problema. Rocha e Prieto (2023 *apud* Rocha, 2025, p. 2) observam que

os estudantes surdos e com deficiência auditiva ainda chegam de forma tímida às instituições de ensino superior e que sua presença não acompanha proporcionalmente a população identificada em levantamentos mais amplos. Esse registro, utilizado aqui como citação secundária, ajuda a sustentar a necessidade de investigar não apenas o ingresso, mas a permanência, a progressão acadêmica e a produção científica desses sujeitos.

Diante desse quadro, o objetivo deste artigo é analisar como estudos recentes sobre educação superior, pós-graduação, letramento, docência e pesquisa permitem compreender as trajetórias acadêmicas, as condições de permanência e os processos de produção científica relacionados a homens surdos. O foco no grupo masculino não pressupõe que os obstáculos identificados sejam exclusivos dos homens, nem autoriza generalizações sobre diferenças entre homens e mulheres surdos. Ao contrário, parte-se do reconhecimento de que a literatura disponível quase nunca desagrega seus resultados por gênero, de modo que a análise deve evidenciar simultaneamente o que é possível conhecer e aquilo que ainda permanece invisível.

Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter analítico-interpretativo. O corpus é composto por oito artigos distintos publicados entre 2021 e 2026, todos fornecidos como fontes para a elaboração do texto. Os trabalhos abordam acesso e permanência de estudantes surdos no ensino

superior, permanência na graduação e pós-graduação, letramento universitário, trajetórias de docentes surdos, gestão educacional, produção acadêmica sobre docentes surdos e formação de pesquisadores para o registro de sua produção no Currículo Lattes. Um arquivo duplicado foi desconsiderado na constituição do corpus. A leitura comparativa foi organizada em quatro eixos: trajetórias formativas, permanência e acessibilidade, linguagem e letramento acadêmico, e produção científica.

A principal limitação do corpus é também um dos resultados da análise: poucos estudos tratam explicitamente de homens surdos na pós-graduação. Por essa razão, o artigo não atribui aos homens características que as fontes não demonstram. Quando há dados masculinos identificáveis, como no estudo de Lima e Aygadoux (2024) e na caracterização amostral de Rocha (2025), eles são apresentados de forma específica; nos demais casos, as evidências são utilizadas para discutir as condições acadêmicas que afetam estudantes e pesquisadores surdos de maneira mais ampla. Essa cautela permite manter o título como um recorte de investigação sem transformar a ausência de dados em afirmações não sustentadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

As trajetórias acadêmicas de pessoas surdas não podem ser interpretadas apenas por meio do ponto de chegada representado pelo

diploma de graduação ou pelo ingresso na pós-graduação. Os estudos analisados mostram que a formação superior é atravessada por experiências linguísticas anteriores, pelo momento de acesso à Libras, pela qualidade da escolarização, pela existência de redes de apoio e pelo encontro com espaços em que a identidade surda é reconhecida. Darde e Santana (2021) demonstram que os percursos de dois universitários surdos foram marcados por práticas educacionais que nem sempre favoreceram a apropriação da escrita, mas que a inserção posterior em contextos nos quais a Libras era valorizada modificou a relação desses sujeitos com o conhecimento acadêmico.

No caso das trajetórias docentes, Lima e Aygadoux (2024) analisam três professores surdos vinculados ao ensino superior e mostram a importância de experiências formativas em ambientes bilíngues, da convivência com adultos surdos e da atuação prévia como instrutores de Libras. Um dos participantes, Tiago, constitui a evidência mais diretamente relacionada ao recorte masculino deste artigo. Sua trajetória articula escolarização em instituição bilíngue, formação em Letras Libras, aprovação em concurso público, inserção em programa de pós-graduação e atuação administrativa e docente no ensino superior. As autoras registram:

Relatou que, em 2014, prestou concurso público para vaga de professor do Ensino Superior do Magistério Superior de Libras, na UFCG-Campus Cuité, tendo sido aprovado. Sua inserção na pós-graduação em nível de

mestrado ocorreu nesse mesmo ano, a partir do seu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Ele disse que se tornou o primeiro surdo a obter o título acadêmico de mestre da Paraíba (Lima; Aygadoux, 2024, p. 104).

A passagem é relevante porque permite visualizar uma trajetória em que a pós-graduação não aparece isolada, mas integrada a um percurso profissional e linguístico mais amplo. O mestrado foi realizado no mesmo período em que Tiago ingressava na docência universitária, indicando uma relação entre qualificação acadêmica, carreira e presença surda no ensino superior. A narrativa também sugere que a formação de pesquisadores surdos pode estar associada à constituição de novos espaços de referência para estudantes e profissionais da comunidade surda. O fato de Tiago ser identificado como homem permite situar concretamente o tema deste artigo, embora a pesquisa original não tenha como objetivo discutir masculinidades ou diferenças de gênero.

Silva, Silva e Pavão (2023, p. 286) também registram trajetórias de docentes surdos com formação lato e/ou stricto sensu. Entre os participantes, aparecem sujeitos com doutorado e formações em áreas como Linguística, Pedagogia e Letras Libras. O estudo mostra que a qualificação acadêmica não elimina as barreiras institucionais: mesmo profissionais altamente escolarizados relatam dificuldades de comunicação com setores administrativos, ausência de

domínio da Libras por colegas e necessidade de estratégias específicas de acessibilidade. Assim, alcançar o doutorado ou ocupar um cargo no ensino superior não significa que a instituição tenha se tornado plenamente acessível.

No estudo de Rocha (2025), a caracterização dos participantes permite observar a heterogeneidade das áreas de formação. Entre os estudantes surdos na pós-graduação aparecem cursos de Educação Especial, Educação e programas relacionados à Educação e Saúde. Entre participantes com deficiência auditiva não sinalizantes, há também cursos de outras áreas, como Planejamento e Uso de Recursos Renováveis e Medicina/Pediatria. Embora o estudo não detalhe a distribuição de gênero por curso e condição linguística, a diversidade das áreas mostra que a presença de pessoas surdas na pós-graduação não se restringe necessariamente aos cursos voltados à Libras ou à educação de surdos.

A discussão sobre pós-graduação exige distinguir acesso de permanência. Vereta e Streiechen (2022) analisam dissertações e teses sobre o ingresso e a permanência de estudantes surdos e concluem que a entrada na universidade é apenas uma etapa de um processo mais amplo. As autoras destacam a necessidade de vestibulares acessíveis, mediação por intérpretes, práticas bilíngues e revisão de procedimentos institucionais. A presença física do estudante em uma sala de aula, por si só, não constitui inclusão quando a comunicação,

os materiais e as práticas pedagógicas continuam organizados exclusivamente para ouvintes.

Essa diferença ganha maior complexidade na pós-graduação. Mestrados e doutorados pressupõem participação em seminários, discussões teóricas, reuniões de orientação, bancas, grupos de pesquisa, eventos e processos de escrita e publicação. Cada uma dessas atividades pode produzir barreiras quando a Libras não é considerada no planejamento. Rocha (2025) mostra que estudantes surdos de três universidades federais mantêm relações variadas com colegas, intérpretes e professores e que as experiências de permanência oscilam entre situações mais favoráveis e outras marcadas por dificuldades. Em uma síntese expressiva, o autor afirma que “Vencida a barreira do ingresso, a permanência é sempre um grande desafio a ser superado pelos estudantes surdos e os com deficiência auditiva” (Rocha, 2025, p. 15).

Yaegashi *et al.* (2026) ampliam essa discussão ao analisar dez produções acadêmicas sobre acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior entre 2019 e 2024. As autoras identificam barreiras linguísticas associadas à ausência de materiais acessíveis e ao domínio limitado de Libras por professores e colegas, além de obstáculos pedagógicos, estruturais e institucionais. Também destacam a fragilidade de políticas que existem formalmente, mas nem sempre se transformam em práticas contínuas de inclusão. Essa

distinção entre norma e experiência cotidiana é especialmente relevante para pós-graduandos, cuja rotina tende a ser menos padronizada que a graduação e depende intensamente de relações de orientação e pesquisa.

A síntese de Yaegashi *et al.* (2026) permite compreender que a permanência deve ser pensada como condição de participação plena e não como simples ausência de evasão. As autoras escrevem:

Os resultados também apontam que o acesso formal à universidade não garante, necessariamente, a inclusão efetiva. Diversas pesquisas indicam que estudantes surdos, embora presentes fisicamente no espaço universitário, enfrentam dificuldades para participar plenamente das atividades acadêmicas, o que evidencia a persistência de práticas excludentes e o distanciamento entre as normativas legais e sua concretização no cotidiano institucional. Nesse contexto, a inclusão de estudantes surdos no ensino superior demanda não apenas ajustes estruturais ou o cumprimento de exigências legais, mas uma mudança cultural e institucional mais ampla, que reconheça a diversidade linguística como parte constitutiva da vida acadêmica (Yaegashi *et al.*, 2026, p. 21).

Para homens surdos na pós-graduação, esse argumento possui implicação direta. Se a instituição não registra adequadamente seus estudantes, não planeja recursos de acessibilidade e não reconhece a Libras como língua de participação acadêmica, a continuidade do curso pode depender de soluções improvisadas. O problema deixa de ser apenas individual e passa a revelar como a estrutura universitária

define quem pode participar com autonomia. Nesse sentido, a permanência envolve condições para compreender conteúdos, expressar argumentos, receber orientação, produzir textos, participar de bancas e divulgar resultados.

A permanência não pode ser reduzida à presença do tradutor e intérprete de Libras. As fontes reconhecem esse profissional como fundamental, mas também alertam para o risco de a instituição transferir a ele toda a responsabilidade pela inclusão. A participação acadêmica exige materiais acessíveis, docentes preparados, planejamento de avaliações, respeito à diferença linguística e abertura para que o próprio estudante surdo participe da definição das estratégias que melhor respondem às suas necessidades. A inclusão, portanto, é uma responsabilidade institucional compartilhada.

A pós-graduação é um espaço de intensa circulação de gêneros acadêmicos. Projetos, resumos, artigos, relatórios, dissertações e teses exigem domínio de práticas de leitura e escrita que são socialmente aprendidas. Para estudantes surdos brasileiros que têm a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua, essa situação não deve ser interpretada como incapacidade intelectual, mas como experiência bilíngue que requer condições pedagógicas e linguísticas adequadas. Darde e Santana (2021) analisam justamente as relações entre letramento, bilinguismo e permanência universitária.

As autoras mostram que os dois participantes de sua pesquisa tiveram percursos educacionais marcados por dificuldades na relação com a escrita, aquisição tardia da língua de sinais e presença insuficiente de intérpretes em etapas anteriores da escolarização. Ainda assim, quando inseridos em um contexto universitário em que a Libras era priorizada, conseguiram avançar na formação acadêmica. A conclusão problematiza interpretações que associam proficiência limitada em português escrito a fracasso universitário:

A partir dessa pesquisa, foi possível compreender que o fato de os sujeitos não dominarem de forma proficiente a Língua Portuguesa na modalidade escrita, não interferiu a permanência e o sucesso acadêmico dos surdos envolvidos nessa pesquisa quando imersos em um contexto educativo universitário em que a Libras é priorizada. Mesmo com as dificuldades na Língua Portuguesa escrita, eles conseguiram ingressar na Educação Superior, em nível de graduação e, posteriormente, na pós-graduação e apresentar desempenho acadêmico compatível com a complexidade exigida em tais níveis de educação, muito embora as práticas de letramento dos sujeitos e a transmissão de capital cultural tenham se revelado um diferencial nesse processo para o domínio da L2 (Darde; Santana, 2021, p. 779-780).

A citação é particularmente importante porque vincula diretamente graduação, pós-graduação e sucesso acadêmico. O estudo não nega a existência de dificuldades com a escrita; ao contrário, mostra que elas podem permanecer em diferentes níveis. O ponto central é que essas dificuldades não devem ser tomadas como

justificativa para limitar a progressão acadêmica quando a universidade organiza práticas que reconhecem a Libras e favorecem o desenvolvimento do letramento em português como segunda língua.

Para homens surdos, essa compreensão evita um tipo de leitura meritocrática segundo a qual a permanência seria consequência exclusiva de esforço individual. A trajetória de Tiago descrita por Lima e Aygadoux (2024), por exemplo, ocorre em meio a experiências de educação bilíngue, convivência com comunidade surda e formação em Letras Libras. Darde e Santana (2021) demonstram, de modo complementar, que a qualidade do ambiente linguístico universitário pode redefinir a relação do sujeito com a escrita e com os gêneros acadêmicos. Assim, a produção científica depende de condições coletivas de linguagem, não apenas de habilidades previamente adquiridas.

Ao considerar a pós-graduação, é importante ainda distinguir produção em língua portuguesa de produção de conhecimento. O pesquisador surdo pode elaborar conceitos, hipóteses e argumentos em Libras e posteriormente registrá-los em português escrito, em vídeo ou em outros formatos aceitos pela comunidade acadêmica. Quando a universidade trata apenas o produto escrito final como evidência de capacidade, corre o risco de apagar o processo bilíngue de construção do conhecimento. A valorização da Libras, portanto, não é apenas

questão de acessibilidade: é condição para que o sujeito possa pensar, argumentar e produzir ciência a partir de sua língua de maior domínio.

A permanência na pós-graduação adquire sentido pleno quando o estudante pode participar da produção e da circulação do conhecimento. Santos *et al.* (2024) partem de uma dimensão aparentemente administrativa - o preenchimento do Currículo Lattes - para mostrar que o registro da trajetória acadêmica também é uma prática de letramento científico. O currículo reúne títulos, publicações, eventos, projetos, orientações e atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para pós-graduandos surdos, compreender essa plataforma significa reconhecer a própria produção, organizar evidências de participação acadêmica e tornar visível a trajetória no sistema científico brasileiro.

O curso analisado por Santos *et al.* (2024) foi oferecido exclusivamente a graduandos e pós-graduandos surdos e articulou Libras, português escrito, tecnologias digitais e materiais visuais. As autoras descrevem resultados associados à autonomia dos participantes e ao sentimento de pertencimento ao espaço acadêmico. Em suas considerações finais, afirmam:

Esses depoimentos e demonstrativos de resultado de questionário comprovam o ambiente virtual acolhedor, harmonioso, motivador, colaborativo e independente. Destacam a compreensão do conteúdo, a visualidade, a atratividade do material didático e o protagonismo na produção do próprio Currículo Lattes. Os discentes

conquistaram autonomia para registrar em seus currículos suas identidades culturais e linguísticas, colocando-se de forma igualitária nessa plataforma tão relevante à divulgação da vida acadêmica (Santos *et al.*, 2024, p. 16).

O protagonismo mencionado pelas autoras é central para pensar homens surdos na pós-graduação. A formação científica não se resume à recepção de conhecimentos produzidos por outros; envolve aprender a apresentar-se como pesquisador, registrar atividades, publicar resultados e construir uma trajetória reconhecida por pares. Em contextos nos quais a pessoa surda foi historicamente colocada na posição de objeto de estudos, assumir a autoria de projetos e textos modifica sua posição epistemológica: ela passa a participar da formulação de problemas e da produção de interpretações sobre a educação, a linguagem, a cultura e outros campos.

Conceição Filho, Meletti e Cabral (2025) mostram, entretanto, que a produção acadêmica relacionada a docentes surdos ainda é reduzida e dispersa. O balanço realizado pelos autores identifica concentração de trabalhos em temas como metodologias de ensino de Libras, perfil docente, formação, surdez e educação inclusiva. Embora esses temas sejam relevantes, permanecem lacunas sobre relações de trabalho, desenvolvimento profissional, produção científica e experiências de inserção institucional. A escassez é especialmente significativa quando se procura compreender trajetórias por gênero.

Silva, Silva e Pavão (2023, p. 285) também mencionam a inexpressividade das produções acadêmicas como um dos desafios associados à trajetória de docentes surdos. A observação deve ser interpretada com cuidado: não significa ausência de capacidade de produção, mas revela um ambiente no qual as oportunidades, os recursos linguísticos e as redes de pesquisa podem ser desigualmente distribuídas. A produtividade científica depende de tempo, acesso a bibliografia, participação em grupos, orientação, financiamento, circulação em eventos e condições de comunicação - fatores que podem ser afetados por barreiras institucionais.

A relação entre produção científica e permanência é, portanto, recíproca. Permanecer no programa cria condições para publicar e participar de pesquisas; ao mesmo tempo, sentir-se reconhecido como autor e integrante de uma comunidade científica fortalece o pertencimento e a continuidade acadêmica. O Currículo Lattes, as publicações e os eventos não são elementos periféricos: fazem parte do modo como a pós-graduação organiza reconhecimento e progressão. Quando essas práticas são ensinadas de forma acessível, tornam-se instrumentos de autonomia.

O conjunto de fontes analisadas permite sustentar uma conclusão metodológica importante: existe literatura relevante sobre surdos no ensino superior, permanência, letramento, docência e produção acadêmica, mas há pouca investigação direcionada

especificamente a homens surdos na pós-graduação. Essa ausência não deve ser confundida com inexistência de homens nesse espaço. Rocha (2025) registra homens surdos entre os participantes; Lima e Aygadoux (2024) descrevem detalhadamente a trajetória de um homem surdo que ingressou no mestrado e se tornou docente universitário. O problema está na falta de estudos que transformem gênero em categoria de análise e acompanhem essas trajetórias ao longo do tempo.

Yaegashi *et al.* (2026) observam que ainda são escassas as pesquisas dedicadas de forma aprofundada às estratégias de permanência e ao acompanhamento acadêmico ao longo de todo o ciclo formativo. Rocha (2025) acrescenta que a pós-graduação *stricto sensu* permanece pouco explorada e carece de dados sistemáticos. Conceição Filho, Meletti e Cabral (2025) identificam lacunas na produção sobre docentes surdos. Lidos em conjunto, esses resultados mostram uma dupla invisibilidade: faltam estudos sobre pós-graduação surda em geral e, dentro desse campo ainda limitado, faltam análises sobre homens surdos.

O recorte masculino pode ser relevante por diferentes razões de pesquisa, desde que não se transforme em pressuposto sobre comportamento. Estudos futuros poderiam investigar como homens surdos narram a passagem da educação básica à graduação e à pós-graduação; quais áreas escolhem; como constroem redes com outros

pesquisadores surdos; como articulam trabalho, família e estudo; quais experiências de discriminação ou reconhecimento encontram; e como participam da autoria científica. Também seria possível comparar trajetórias sem assumir previamente que diferenças decorrem do gênero, permitindo que os próprios dados indiquem aproximações e contrastes.

Outra necessidade é melhorar a produção de dados institucionais. A caracterização de estudantes deveria permitir cruzamentos entre gênero, condição auditiva, uso de Libras, nível de curso, área do conhecimento, recursos de acessibilidade e situação acadêmica. Esses registros precisam respeitar a privacidade e evitar classificações simplificadoras, mas são fundamentais para que políticas não sejam formuladas com base em invisibilidade estatística. No caso da pós-graduação, a inexistência de um panorama nacional dificulta identificar avanços, desigualdades regionais e taxas de conclusão.

Nesse sentido, falar em homens surdos na pós-graduação é também perguntar quem tem condições de tornar sua trajetória cientificamente visível. A ausência de artigos específicos pode resultar tanto de baixa presença quanto de falta de registro, de categorias de pesquisa amplas ou de pouca atenção às intersecções entre gênero, língua e formação acadêmica. O corpus não permite decidir entre essas hipóteses. Permite, porém, demonstrar que o tema é pertinente e que

futuras pesquisas empíricas são necessárias para descrevê-lo com maior precisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fontes permite compreender que a presença de homens surdos na pós-graduação brasileira se insere em um processo mais amplo de ampliação do acesso de pessoas surdas ao ensino superior, mas ainda é pouco documentada de forma específica. Há evidências concretas de trajetórias masculinas, como a de Tiago, descrita por Lima e Aygadoux (2024), e de homens surdos em amostras universitárias, como no estudo de Rocha (2025). Contudo, os trabalhos disponíveis raramente cruzam gênero, surdez, uso de Libras e etapa acadêmica. Por isso, não é possível estabelecer um perfil geral do homem surdo pós-graduando sem ultrapassar os limites das fontes.

Mesmo com essa limitação, os estudos convergem em pontos decisivos. O primeiro é que ingresso e permanência não são sinônimos. Vereta e Streiechen (2022), Rocha (2025) e Yaegashi et al. (2026) mostram que barreiras linguísticas, pedagógicas e institucionais persistem depois da matrícula. Intérpretes de Libras são recursos fundamentais, mas não podem ser a única resposta institucional. A permanência exige planejamento, materiais acessíveis, formação docente, políticas linguísticas e participação do próprio estudante nas decisões sobre acessibilidade.

O segundo ponto diz respeito ao bilinguismo e ao letramento acadêmico. Darde e Santana (2021) evidenciam que dificuldades com o português escrito não impedem a progressão acadêmica quando a Libras é priorizada e o estudante encontra condições adequadas de aprendizagem. A pós-graduação precisa reconhecer que a construção do conhecimento pode ocorrer em Libras e que a escrita em português é uma prática de segunda língua para muitos pesquisadores surdos. Essa compreensão desloca o foco da deficiência para as condições de mediação linguística e pedagógica.

O terceiro ponto refere-se à produção científica. Santos et al. (2024) mostram que o domínio de práticas como o preenchimento do Currículo Lattes pode fortalecer autonomia, pertencimento e visibilidade acadêmica. Conceição Filho, Meletti e Cabral (2025) mostram, ao mesmo tempo, que a produção sobre docentes surdos ainda apresenta lacunas. Para que homens surdos avancem no mestrado e doutorado como autores e pesquisadores, é necessário acesso não apenas às disciplinas, mas às redes de pesquisa, aos processos de publicação, aos eventos, aos instrumentos de registro da produção e às oportunidades de continuidade da carreira científica.

Como agenda de pesquisa, recomenda-se a realização de estudos qualitativos e quantitativos especificamente voltados a homens surdos na pós-graduação, com atenção a diferentes áreas do conhecimento, regiões e perfis linguísticos. Entrevistas narrativas,

estudos longitudinais e análises de produção científica podem esclarecer como esses sujeitos ingressam, permanecem, concluem cursos e constroem carreiras. Também é necessário que levantamentos institucionais produzam dados desagregados suficientes para identificar tendências sem reduzir sujeitos a categorias rígidas.

Conclui-se que ampliar e qualificar a presença de homens surdos na pós-graduação depende de políticas contínuas de acessibilidade linguística, reconhecimento da Libras, fortalecimento do letramento acadêmico bilíngue e criação de condições efetivas para produção e circulação científica. A pós-graduação inclusiva não se limita a permitir que o estudante surdo esteja matriculado; ela precisa assegurar que possa participar das atividades, construir argumentos, registrar sua produção, publicar, orientar-se e ser reconhecido como autor de conhecimento. Ao mesmo tempo, a escassez de estudos específicos sobre homens surdos deve ser assumida como lacuna científica que demanda novas investigações, e não preenchida por generalizações.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO FILHO, Delci da; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; CABRAL, Vinícius Neves de. Docentes surdos no Ensino Superior: um balanço da produção acadêmica no período de 2010 a 2023. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 11, p. 1-16, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n11-204. Disponível em:

<https://doi.org/10.54033/cadpedv22n11-204>. Acesso em: 10 jul. 2026.

DARDE, Aline Olin Goulart; SANTANA, Ana Paula de Oliveira. Letramento de surdos universitários no Brasil: o bilinguismo em questão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 761-782, abr./jun. 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i2.13118. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i2.13118>. Acesso em: 15 jul. 2026.

LIMA, Niédja Maria Ferreira de; AYGADOUX, Bárbara Cristina Moreira Sicardi. Trajetórias de professores de Libras: surdos “filhos do bilinguismo”. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 3, p. 96-111, set./dez. 2024. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/19814>. Acesso em: 22 jul. 2026.

ROCHA, Luiz Renato Martins da. A permanência de estudantes surdos e com deficiência auditiva em cursos de graduação e pós-graduação: disputas e lutas em torno das singularidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300079, 2025. DOI: 10.1590/S1413-24782025300079. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300079>. Acesso em: 28 jul. 2026.

SANTOS, Paula Tatiane Rocha dos; CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva da; RIBEIRO, Nayla Schenka; ALMEIDA, Loraine Maria da Conceição de. Extensão universitária para pesquisadores surdos da graduação e pós-graduação: produção do Currículo Lattes como forma de empoderamento acadêmico. **UFF & Sociedade**, Niterói, v. 4, n. 5, e040507, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/uffsociedade/article/view/62747>. Acesso em: 2 set. 2026.

SILVA, Elizângela Rolim da; SILVA, Suzel Lima da; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. O docente surdo na Educação Superior: desafios da Gestão Educacional. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 24, n. 2, p. 284-291, 2023. DOI: 10.17921/2447-8733.2023v24n2p284-291. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2023v24n2p284-291>. Acesso em: 8 set. 2026.

VERETA, Crislaine Letícia; STREIECHEN, Eliziane Manosso. Acesso e permanência do aluno surdo no ensino superior. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 9, n. 1, p. 149-162, jan./jun. 2022. DOI: 10.36311/2358-8845.2022.v9n1.p149-162. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2022.v9n1.p149-162>. Acesso em: 12 set. 2026.

YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; SOUZA, Cleia Torino de; RODRIGUERO, Celma Regina Borghi; BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella. Acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior: um estudo do tipo estado do conhecimento. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática (RevIn)**, Itapetininga, v. 7, e026001, p. 1-28, 2026. Disponível em: https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/pt_BR/article/view/2922. Acesso em: 17 set. 2026.